



APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A.

e

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

ACORDO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES

Considerando que:

- A.** Ao abrigo do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 66/2025, de 10 de abril, podem várias entidades adjudicantes agrupar-se com vista à formação de contratos cuja execução seja do interesse de todas;
- B.** O Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, estabelece a coordenação estratégica da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., e da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., definindo o regime de acumulação de funções dos membros dos respetivos conselhos de administração, para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas;
- C.** A APL e a APSS pretendem adquirir lanchas de transporte de pilotos;
- D.** A promoção de um único procedimento de contratação resultará, não só numa redução de meios e custos, mas também numa melhor coesão e articulação das duas empresas, sendo, assim, a do interesse de ambas;

Acordam as Autoridades Portuárias aqui representadas, nos termos e para os efeitos do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, constituir um AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, entre:

APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355, Lisboa, aqui representada por Carlos Alberto do Maio Correia e Carla Maria Lamego Ribeiro na qualidade de Presidente e Vogal do seu Conselho de Administração respetivamente,

E

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., com sede na Praça da República, s/n, 2904-508 Setúbal, aqui representada por Isabel Sofia de Moura Ramos e por António Hugo Lindo Santos Caracol, na qualidade de Vogais do seu Conselho de Administração, outorgando nos termos do disposto no artigo 12.º n.º 1 alínea a) dos estatutos desta empresa pública, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, na sua redação atual;

O qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

As Administrações Portuárias APL, S.A., e APSS, S.A., na qualidade de entidades adjudicantes, acordam agrupar-se com vista ao lançamento de um único procedimento de contratação, para a contratação do fornecimento de lanchas para transporte de pilotos.

Cláusula 2.ª

(Vigência)

O agrupamento constitui-se com a assinatura do presente acordo, sem necessidade de qualquer outra formalidade e extingue-se com a celebração dos contratos ou a extinção do procedimento por qualquer causa.

Cláusula 3.ª

(Representante do Agrupamento)

1. De comum acordo as Partes designam a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., como Representante do Agrupamento, ao qual caberá a condução de todo o procedimento de formação do contrato, nos termos do disposto no artigo 39.º do CCP.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a decisão de contratar, a decisão da escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a designação do júri, a resposta a erros e omissões, a decisão de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação, a resposta a eventuais reclamações, bem como a aprovação das minutas de contratos e os restantes atos cuja competência esteja atribuída ao órgão com competência para a decisão de contratar, devem ser tomadas conjuntamente pelos órgãos competentes das entidades adjudicantes ora outorgantes, sem prejuízo de eventual delegação de poderes.

Cláusula 4.^a

(Obrigações das Partes)

1. À APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., na qualidade de Representante do Agrupamento, caberá agendar reuniões para a condução da tramitação do procedimento.
2. As tomadas de decisão em conjunto são efetuadas através de decisões de cada órgão competente de cada uma das Partes, apenas se considerando que a necessária decisão foi tomada quando ambas as Partes decidirem no mesmo sentido, de forma simultânea ou sucessiva (considerando-se, neste último caso, que a decisão foi tomada na data da última decisão).
3. Os custos inerentes à tramitação do procedimento serão suportados pelos membros do Agrupamento em partes iguais.
4. A despesa que advenha da celebração e execução dos contratos será suportada por cada entidade na parte que lhe corresponder.

Por ser esta a vontade expressa das partes, vai o presente acordo ser rubricado e assinado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.

Lisboa, 30 de maio de 2025

Pela APL, S.A.

Pela APSS, S.A.